272 Demanda de tecnologia no setor de saúde: subsídios para políticas públicas

Abraham Sin Oih Yu

Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (SDSP)

Processo 1998/14126-4

Vigência: 1/11/1999 a 31/10/2000

O setor de saúde é reconhecidamente muito importante do ponto de vista social e econômico, mas escassamente contemplado por estudos que dimensionem a real estrutura de sua cadeia produtiva, particularmente do fornecimento de equipamentos e instrumentos médicos, que constitui uma das principais fontes de tecnologia para o setor. O estudo ora proposto objetiva contribuir para a melhoria do desempenho do sistema público de saúde do Estado de São Paulo, oferecendo subsídios aos tomadores de decisão na área, por meio das seguintes atividades: fase I: a) composição das equipes e planejamento dos trabalhos e b) levantamento das novas tecnologias de equipamentos de diagnóstico, tratamento e gestão em nível internacional. Fase II: a) levantamento da demanda de tecnologia pelo sistema público de saúde do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Saúde; b) identificação das lacunas potenciais, pela comparação entre os resultados da Fase I e da Fase II; c) identificação e seleção das políticas públicas mais adequadas à melhoria do sistema público de saúde, tendo em vista as novas tecnologias.

273 Habitação social em madeira de reflorestamento como alternativa econômica para usos múltiplos da floresta

Akemi Ino

Escola de Engenharia de São Carlos

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14124-1

Vigência: 1/11/1999 a 30/11/2004

Grupo de pesquisa em habitação (GHab) formado por pesquisadores e estudantes da EESC/USP e da Universidade Federal de São Carlos vem desenvolvendo projetos na área de habitação social em madeira e terra crua. Entre os projetos realizados, destacam-se: 1) construção de 410 unidades habitacionais, utilizando madeira de rejeito comercial em Cuiabá-MT; 2) desenvolvimento de edificação experimental em eucalipto, financiado pelo CNPq; 3) desenvolvimento de esquadrias de madeira de reflorestamento, financiado pela Finep; 4) desenvolvimento de edificação-protótipo em pinus em Campos do Jordão-SP, em parceria com o Instituto Florestal; 5) habitação social, concepção arquitetônica e produção de componentes de madeira de reflorestamento e em terra crua, com financiamento da FAPESP. A parceria com a Funda-

ção Florestal que trabalha há sete anos para implementação de uma política de recuperação florestal, lançada em 1992, estabelece a meta de recuperação de 3,7 milhões de hectares e alia três grandes linhas operacionais, estrategicamente equilibradas: a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos naturais florestais por meio da exploração econômica e a educação ambiental como ferramenta de conscientização da população para o seu papel como beneficiária e agente do processo. Possibilitará, ao estudo, alternativas de novos mercados, principalmente para habitação social, ampliando a oferta de produtos florestais que resultem em melhores benefícios econômicos. Para análise da viabilidade de utilização de madeira de reflorestamento, pretende-se estabelecer parcerias com prefeituras da região sudoeste do Estado de São Paulo. A prefeitura de Itapeva já manifestou interesse e adesão a este projeto.

274 Avaliação do processo de municipalização dos serviços de saúde no Estado de São Paulo

Antônio Carlos Coelho Campino

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo (USP)

Processo 1998/14120-6

Vigência: 1/11/1999 a 30/9/2004

Os problemas enfrentados pelo setor público na prestação de serviços de saúde são conhecidos. Não se restringindo pura e simplesmente a uma questão de escassez de recursos, um melhor desempenho nessa área passa também pela possibilidade de implementar arranjos institucionais mais adequados às especificidades do setor. Nesse espírito, as modificações introduzidas a partir da criação do SUS buscaram, entre outras coisas, responsabilizar prioritariamente a esfera municipal pela gestão desses serviços, deixando ao governo central a definição das diretrizes básicas da política nacional de saúde e a normatização dos serviços. Os resultados até aqui alcançados nesse processo indicam ser essa efetivamente uma boa estratégia. No entanto, empecilhos vários (econômicos, institucionais, administrativos, políticos) têm impedido a evolução mais rápida no processo de municipalização, impossibilitando uma melhoria mais substantiva que poderia já ter sido alcançada. Não por acaso, as Normas Operacionais Básicas (NOB) do SUS vêm experimentando significativas alterações no sentido de agilizar o processo. De outro lado, também se faz sentir a necessidade de uma definição mais precisa do papel da esfera estadual, que, em princípio, deve servir como coordenadora do processo. Neste contexto, o presente projeto visa detectar quais são os fatores de resistência à municipalização, afe-

rindo sua importância e intensidade e instrumentalizando o poder público estadual para a agilização do processo de municipalização e a efetiva melhoria dos serviços.

275 Inquérito de saúde no Estado de São Paulo: inquérito domiciliar de base populacional em municípios do Estado de São Paulo – 1999-2000

Chester Luiz Galvão Cesar
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 1998/14099-7
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2002

A necessidade de informações em saúde tem se ampliado e diversificado nas últimas décadas. Coletadas e organizadas há mais de um século nos países desenvolvidos, inicialmente centradas em mortalidade, estas informações orientam diretrizes e prioridades das políticas sociais e de saúde. Novas modalidades de indicadores de saúde não derivam de fontes secundárias de dados como ocorre com a mortalidade e alguns indicadores de morbidade, mas baseiam-se em inquéritos de saúde. Inquéritos de base populacional representam oportunidades únicas para a obtenção de informações sobre morbidades percebidas, autoavaliação de saúde, exposição a violências, prevalência de fatores de risco, incapacidades, limitações, impacto dos problemas de saúde nas atividades da vida diária e na qualidade de vida, bem como acesso a suporte social e uso integral de serviços de saúde. Estes inquéritos encontram-se em ampla aplicação em diversos países. Têm apresentado abrangência diversificada, seja com relação aos problemas de saúde incluídos, quanto aos subgrupos populacionais envolvidos ou à amplitude geográfica. Pesquisadores das universidades estaduais e da Secretaria da Saúde, todos com experiências progressas em inquéritos domiciliares, formaram um grupo de pesquisa para aprofundar essa metodologia de investigação e elaborar um projeto conjunto a ser desenvolvido em diversos locais do Estado de São Paulo, com uma base referencial comum e técnicas padronizadas. Entre os objetivos desta pesquisa, destacam-se: analisar as condições de vida, a situação de saúde e o uso de serviços de saúde, em diferentes áreas do Estado de São Paulo; estimar a magnitude das desigualdades em saúde; analisar o potencial e os limites dos métodos e técnicas utilizados, contribuindo para o aprimoramento da metodologia dos inquéritos populacionais de saúde; e, contribuir para o planejamento em saúde local e regional. A metodologia a ser seguida é a de um estudo transversal, por meio de inquérito domiciliar com base populacional. Serão estudadas oito áreas do Estado de São Paulo, sendo três no interior e cinco na região metropolitana. O processo amostral a ser adotado deverá levar

em conta a estratificação dos setores censitários, segundo nível socioeconômico, e garantir representatividade dos diferentes grupos demográficos segundo idade e sexo.

276 Política de habitação e desenvolvimento urbano para o município de São Sebastião.

Flávio José Nery Conde Malta
Centro de Ciências Humanas e Letras de Taubaté
Universidade de Taubaté (Unitau)
Processo 1998/14085-6
Vigência: 1/11/1999 a 30/6/2003

O município de São Sebastião passa por um processo de intenso crescimento de assentamentos residenciais irregulares. Essa dinâmica caracteriza-se por acentuada exclusão social – população pobre excluída do mercado residencial, altamente especulativo – e forte movimento predatório ao meio ambiente. A vida econômica e social do município – cidade turística – depende de seu patrimônio ambiental, ameaçado por ocupações ilegais de terra, decorrentes da falta de oferta de moradias para as camadas de baixa renda. A proposta visa apontar rumos para a administração desses conflitos por meio da elaboração da política de habitação e desenvolvimento urbano. O processo de pesquisa tem como escopo: a) produção e sistematização de conhecimentos relevantes interdisciplinares que forneçam um quadro dos problemas e potencialidades: demográficos, socioeconômico-culturais, físico-ambientais e político-institucionais; b) sistematização da bibliografia e das experiências administrativas bem sucedidas relacionadas ao conflito entre moradia pobre, preservação ambiental e mercado imobiliário; c) proposição de instrumentos e mecanismos que viabilizem a efetiva implementação da proposta.

277 A prevenção da violência por meio da polícia comunitária

José Vicente da Silva Filho
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
Processo 1998/14074-4
Vigência: 1/11/1999 a 31/8/2000

“Policimento Comunitário: avaliando a experiência da Polícia Militar” é uma aplicação da filosofia do policiamento comunitário, que implica a parceria entre a população e a polícia, objetivando a prevenção mais efetiva da criminalidade. Atuando dentro de um território específico, a experiência reúne polícia, comunidade local, autoridades eleitas e empresários locais, entre outros grupos, para diagnosticar problemas e definir ações. Até o presente momento, foram instaladas 42 bases comunitárias de segurança, prevendo-se mais 44 unidades neste ano, precedidos de